



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO DIGITAL N. 252/2013

CONTRATO N. 004/14

CONTRATO N. 004/2014 QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO, O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO E, DE OUTRO, A EMPRESA SHEKINAH CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP.

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO, com sede na Rua: Almirante Barroso, Nº 600, Mocambo, em Porto Velho/RO, CEP: 76801-901, inscrito no CNPJ-MF sob o Nº 03.326.815/0001-53, daqui em diante denominado CONTRATANTE, representado, neste ato, por seu Diretor-Geral das Secretarias, ou pela autoridade que estiver respondendo pelo referido cargo, ao final qualificado, e de outro lado a empresa SHEKINAH CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 03.761.180/0001-12, com endereço na Rua: Ribeirão Preto, n. 6.541, Bairro: Cuniã, em Porto Velho/RO, CEP: 76824-432, fone: (69) 3226-1852, cel. (69) 9200-2770, email: shekinahservicos1@gmail.com, neste ato representada pelo Senhor Dartagnan Donoso, inscrito(a) no CPF nº 325.426.152-68 e portador do RG nº 1042055 SSP/RO, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente instrumento, regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, conforme procedimento licitatório realizado sob a modalidade Tomada de Preços, Edital n. 01/2013, nos autos do Processo TRT Adm. Eletrônico nº 252/2013.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A contratação de empresa especializada para construção de edificação térrea, com estrutura de concreto armado - sapatas, pilares, vigas e lajes de cobertura, paredes de tijolos revestidos com argamassa, cobertura com estrutura de madeira e telhas de fibrocimento, piso com revestimento cerâmico, esquadrias em madeira (portas internas) e em vidro temperado (portas externas, janelas e basculantes), com áreas destinadas à hall de entrada e sala de espera, OAB, Tomada de Reclamações, Sala de Audiências, Assessoria, Gabinetes de Juízes Titular e Substituto com WC's, Copa/Refeitório, WC's para servidores, Área de Serviço, Secretaria, Setor de Cálculos e Oficiais de Justiça e WC's acessíveis, sendo este o prédio principal, com área construída de 330,03m². Há ainda um anexo, com áreas destinadas ao abrigo do gerador, arquivo/depósito, garagens e apartamento para magistrados, com área construída de 162,71m². A edificação possuirá, portanto, área construída total de 492,74m² e será localizada na Rua Virgulino de Alencar, s/nº, Bairro José Nogueira Sobrinho, no município de Sena Madureira/AC.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO DIGITAL N. 252/2013

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

I - O regime de execução do presente Contrato será de forma indireta por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇO

I - Conforme especificações detalhadas no Anexo I do Projeto Básico.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

I - O Contratante pagará à Contratada pelos serviços prestados, o valor global de R\$ 894.445,82 (oitocentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta e dois centavos), de acordo com o disposto no edital Tomada de Preços nº 01/2013, Projeto Básico e proposta apresentada.

II - O pagamento será efetuado após a liquidação da despesa, por meio de ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, até 15 (quinze) dias úteis, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura, devidamente certificada pelo setor competente do TRT-14ª Região, prazo necessário para tramitação do processo nos setores internos deste Regional, embora o pagamento possa ser realizado antes desse limite temporal.

III - Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234/12.

IV - A Nota Fiscal deverá vir acompanhada do DAM (Documento de Arrecadação Municipal), referente ao recolhimento do imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) devidamente pago ou a pagar, com prazo de 10 (dez) dias para efetuar o recolhimento do tributo, além das certidões relacionadas abaixo:

- a) Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros-CND;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;
- c) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (pessoa jurídica);
- d) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT) ou Certidão de Débito Trabalhista Positiva com efeito de Negativa;
- e) Bem como outras certidões que vierem a ser obrigatórias por lei, desde que tenham



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO DIGITAL N. 252/2013

correlação com o objeto, devendo ser apresentados todos esses documentos dentro dos respectivos prazos de validade.

V - As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (**Simplex Nacional**), deverão apresentar a cada pagamento, Declaração em duas vias, na forma do **Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234**, de 11/01/2012 (artigo 4º, inciso XI, c/c artigo 6º).

VI - Para pagamento da primeira fatura, além dos documentos acima exigidos, a fatura apresentada pela Contratada deverá vir acompanhada do Registro da obra no CREA/RO, matrícula da obra no INSS e Relação de empregados.

VII - Será facultado à Administração a possibilidade de retenção de pagamentos devidos, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

VIII - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a futura contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os encargos moratórios poderão ser calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$ (§4º do art. 36, da IN nº 2/2008 - MPOG e Acórdão TCU 1047/2003 Plenário), onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

TX = Percentual da Taxa anual = 6%

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

IX - A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

15.9 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

X - Nota Fiscal/Fatura será emitida pela contratada de acordo com os seguintes procedimentos:

a) No final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

b) Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO DIGITAL N. 252/2013

aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

c) Se a contratada vier a adiantar a execução dos serviços, em relação à previsão original constante no Cronograma Físico-Financeiro, poderá apresentar a medição prévia correspondente, ficando à cargo da contratante aprovar a quitação antecipada do valor respectivo.

d) Contratante terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela Contratada, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados.

e) O caso de etapas não concluídas, serão pagos apenas os serviços efetivamente executados, devendo a Contratada regularizar o cronograma na etapa subsequente.

f) A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

g) Após a aprovação, a contratada emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, obrigatoriamente acompanhada da planilha de medição, com detalhamento dos serviços executados, e de memória de cálculo detalhada.

XI - Será facultado à Administração a possibilidade de retenção de pagamentos devidos, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

XII - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

XIII - Os preços serão fixos e irrevogáveis, dentro do prazo contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Obrigações da Contratada:

I - realizar o objeto nas condições, preços e prazos pactuados, nos termos do edital da licitação, seus Anexos e sua proposta;

II - fornecer todos os materiais para os serviços, conforme especificação da proposta, e entregá-los devidamente acabados, conforme Termo de Referência e seus anexos;

III - executar os serviços no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias corridos;

IV - reparar/corrigir/refazer às suas expensas, no prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação dos Gestores/Fiscais do Contrato, os serviços nos quais



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO DIGITAL N. 252/2013

forem constatadas falhas, imperfeições ou irregularidades resultantes da execução ou do material empregado;

V - providenciar, quando necessário e às suas custas, documentação e licenças para a execução dos serviços, taxas incidentes, matrícula específica para os serviços e o certificado de taxa de contribuição para acidentes de trabalho, junto aos órgãos competentes;

VI - registrar o contrato junto ao CREA/AC, na forma da legislação pertinente;

VII - cumprir e fazer cumprir todas as normas sobre medicina e segurança do trabalho;

VIII - executar os serviços objeto do contrato, de acordo com as normas da ABNT, do Decreto-Lei nº 92.100/85 e dos fabricantes dos materiais aplicados, utilizando materiais de primeira qualidade;

IX - comunicar imediatamente ao contratante eventuais inconsistências dos projetos em relação às normas técnicas e legislação vigente;

X - manter no local pessoal especializado e demais elementos necessários à perfeita execução dos serviços, cumprindo fielmente as visitas do responsável técnico determinadas pelos gestores/fiscais;

XI - A Contratada deverá manter, permanentemente, até o final da execução da obra, em seu quadro de funcionários, profissionais com as qualificações abaixo:

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Encarregado de obra	01
Engenheiro Civil ou Arquiteto	01

a) Encarregado de Obra – Com experiência apropriada para a obra em questão, devendo estar permanentemente no local de realização dos serviços.

b) Engenheiro Civil ou Arquiteto – Com a função de responsável técnico, para coordenar a equipe e assumir a direção, programação e o controle da obra, devendo estar presente no momento da execução dos principais serviços (Locação da obra, Armação de ferragens, Concretagem, etc) e fazendo visitas periódicas à obra.

XII - fornecer todo o equipamento necessário, tais como ferramentas, maquinaria e aparelhamento adequado à execução dos serviços, conforme item 05.17 do Memorial Descritivo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO DIGITAL N. 252/2013

XIII - colocar placês indicativas dos serviços, conforme legislação vigente;

XIV - manter Diário de Obra atualizado à disposição da fiscalização a qualquer momento, conforme padrão indicado pela contratante.

XV - providenciar a remoção de entulhos e detritos acumulados no local dos serviços durante toda a execução e até o final da obra.

XVI - arcar com todas as despesas decorrentes do Contrato, incluindo mão de obra, distribuição, seguros, tributos e demais encargos incidentes sobre os serviços contratados.

XVII - assumir como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento de material, mão de obra, aparelhos e equipamentos necessários para a boa e perfeita execução dos serviços contratados.

XVIII - responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados por estes ao contratante ou a terceiros,

XIX - responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato.

XX - sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas.

XXI - responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços.

XXII - arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato.

XXIII - responsabilizar-se civilmente pela solidez e segurança dos serviços, bem como por eventuais vícios ocultos, pelo prazo de 05 (cinco) anos após o recebimento definitivo.

XXIV - manter durante toda a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas para a contratação, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO DIGITAL N. 252/2013

XXV - comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRT.

XVI - apresentar, ao final da obra, documentos/certidões que comprovem a ausência de débitos junto à Eletrobrás e DEPASA referentes ao período de execução da obra.

XVII - ausência do Diário de Obra, ou desatualização das informações nele contidas, implicará na determinação de paralisação da obra até que seja sanada a irregularidade, mantendo-se a contagem do prazo de execução do objeto.

Obrigações da Contratante:

I - expedir a Ordem de Serviço no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da apresentação da garantia pela Contratada.

II - orientar a CONTRATADA acerca da correta execução dos serviços contratados e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho.

III - dar conhecimento à CONTRATADA acerca das normas estabelecidas para carga e descarga de materiais, horário de trabalho e demais condições exigidas.

IV - manter atualizados os documentos próprios dos registros de serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA.

V - promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio todas as falhas detectadas e comunicar à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.

VI - manifestar-se sobre cada uma das medições dos serviços executados pela CONTRATADA.

VII - rejeitar, caso estejam inadequados ou irregulares, após cada medição, os serviços prestados pela CONTRATADA.

VIII - notificar a CONTRATADA, na ocorrência da situação prevista no item anterior, para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as regras deste contrato.

IX - notificar a CONTRATADA em razão de qualquer



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO DIGITAL N. 252/2013

descumprimento das obrigações assumidas no contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade.

X - notificar a CONTRATADA acerca de eventual conduta inconveniente de seus empregados quando da execução dos serviços ou na ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.

XI - prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.

XII - analisar e decidir, após comunicação formal da contratada, eventuais inconsistências dos projetos em relação às normas técnicas e legislação vigente.

XIII - efetuar o pagamento à Contratada, depois de verificada a regularidade da nota fiscal/fatura de acordo com as condições, preços, prazos estabelecidos no contrato e nas demais regras a ele aplicadas.

XIV - receber provisoriamente os serviços no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação escrita da Contratada.

XV - receber definitivamente os serviços no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório.

XVI - exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

A vigência da presente contratação será de 05 (cinco) anos, contados a partir da assinatura do recebimento definitivo, ou seja, enquanto perdurar a garantia dos serviços executados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Contratante, programa de trabalho 02.1220.5711.N140170, elemento de despesa 44.90.51, nota de empenho n. 2013NE002511, emitida em 31/12/2013.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA GARANTIA

I - Os serviços deverão estar concluídos no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de serviço.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO DIGITAL N. 252/2013

admitindo-se prorrogação desde que previamente solicitada pela Contratada, devendo ser motivada e pertinente com os fatos arquivados no Diário de Obra.

II - A contratada deverá oferecer GARANTIA na execução dos serviços e responsabilizar-se civilmente pela solidez e segurança dos serviços, bem como por eventuais vícios ocultos, pelo prazo de 05 (cinco) anos após o recebimento definitivo.

CLÁUSULA NONA - DO LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

I - Os serviços serão executados no imóvel localizado na Rua: Virgulino de Alencar, s/nº, Bairro José Nogueira Sobrinho, no município de Sena Madureira/AC.

CLÁUSULA DEZ – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

I - Nos termos do artigo 73 da Lei n.º 8.666/93, após a execução dos serviços e sua conferência, o seu objeto será recebido:

- a) Os serviços serão recebidos, provisoriamente, no prazo máximo de 15 (quinze dias) dias, contados da comunicação escrita da Contratada após a conclusão dos mesmos.
- b) Serão recebidos definitivamente no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório.

II - São condições indispensáveis para o recebimento definitivo de objeto:

- a) "as built" da obra, elaborado pelo responsável por sua execução;
- b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando a obra;
- d) carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e
- e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

7.1.3 - A contratada deverá reparar os vícios verificados dentro do prazo de garantia da obra; tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 618 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), c/c o art. 69 da Lei nº 8.666/93 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor); e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO DIGITAL N. 252/2013

7.1.4. Não realizar o recebimento provisório de obras com pendências a serem solucionadas pela construtora, uma vez que o instituto do recebimento provisório, previsto no art. 73, inc. I, da Lei nº 8.666/93, não legitima a entrega provisória de uma obra inconclusa, mas visa resguardar a Administração no caso de aparecimento de vícios ocultos, surgidos após o recebimento provisório.

CLÁUSULA ONZE – DAS PENALIDADES E MULTAS

I - As sanções administrativas serão aplicadas conforme disposto na Portaria nº 663, de 15 de março de 2013 e publicada no DEJT14ª Região dia 18/03/2013, que regulamenta e uniformiza o procedimento de aplicação das sanções administrativas:

II - A inexecução parcial, ainda que temporária, ou total da obrigação pactuada sujeitará o contratado às seguintes sanções (Art. 7º, da Portaria 663/13):

a - multa de mora;

b - multa compensatória;

c - advertência;

d - suspensão temporária para participar em licitação e contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

e - impedimento de licitar e contratar com a União, nas hipóteses previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02 e quando a modalidade licitatória for o pregão;

f - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d", "e" e "f" deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a alínea "b".

Das Multas

III - A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao contratado, pelo ordenador de despesas, por atraso injustificado na entrega ou execução da contratação, e será aplicada nos seguintes percentuais (Art. 8º, da Portaria nº 663/13):

I - multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 15% (quinze por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - multa compensatória de 10% (dez por cento) aplicada no caso de:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO DIGITAL N. 252/2013

- a) atraso injustificado e superior a 30 dias, na execução total ou parcial da contratação;
- b) recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ata de registro de preços ou nota de empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material ou prestação dos serviços.

IV - A multa compensatória será aplicada sobre a parte inadimplida, sem prejuízo da aplicação da multa de mora prevista no inciso I (§ 1º, do art. 8º, da Portaria nº 663/13);

V - Demonstrado que o atraso ocorreu por culpa do contratado, caberá a aplicação de multas, afastando-se a sua incidência nos casos em que o atraso decorreu de fatos alheios à sua vontade e por ele inevitáveis (§ 2º, do art. 8º, da Portaria nº 663/13).

VI - Será automaticamente dispensada do procedimento de que trata esta Portaria e de cobrança a mora que possa ensejar multa inferior a 0,02% (dois centésimos por cento) do valor previsto no art. 23, inciso II, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 (§3º, do art. 8º, da Portaria nº 663/13).

CLÁUSULA DOZE - DA RESCISÃO

I - Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79 da Lei Nº 8.666/93.

II - O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo do Contratante, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.

III - No caso de rescisão do Contrato, o Contratante fica obrigado a comunicar tal decisão à Contratada, por escrito, no mínimo com 30 (trinta) dias de antecedência.

IV - Na ocorrência da rescisão prevista no "caput" desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 79 da Lei Nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA TREZE - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logó, o direito do Contratante de adotar, no que couber, as medidas previstas no artigo 80 da Lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUATORZE - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO DIGITAL N. 252/2013

O presente contrato fundamenta-se:

I - nos termos do Edital Tomada de Preços nº 01/2013 que, simultaneamente;

- a) consta do Processo Administrativo Eletrônico nº 252/2013;
- b) naquilo que não contrarie o interesse Público;

II - nas demais determinações da Lei Nº 8.666/93 e alterações;

III - nos preceitos do Direito Público;

IV - supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Parágrafo único - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINZE - DAS ALTERAÇÕES

I - Este instrumento poderá ser alterado, na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei Nº 8.666/93, devidamente comprovados.

II - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

III - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DA GESTÃO DO CONTRATO - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

I - Na forma do que dispõe o artigo 67, da Lei nº 8.666/93, o objeto deste contrato será acompanhado e fiscalizado pelo servidor SAMURAI DE FIGUERÉDO SILVA, chefe da Seção de Fiscalização de Obras e Serviços e pelo servidor LUIZ GONZAGA MOTA, chefe da Seção de Engenharia e Manutenção Predial, e nas suas ausências, pelos seus substitutos, os quais serão designados pelo Diretor-Geral das Secretarias nos autos do processo administrativo, com autoridade para exercerem em nome do TRT da 14ª Região toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

II - Com fundamento no art. 43, inc. I, da Lei nº 8.443/92, deverão ser adotados os seguintes procedimentos, no tocante ao acompanhamento da qualidade de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO DIGITAL N. 252/2013

obras concluídas sob gestão própria:

- a) realização de avaliações periódicas da qualidade das obras, após seu recebimento;
- b) notificação do contratado quando defeitos forem observados na obra durante o prazo de garantia quinquenal, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- c) ajuizamento de ação judicial caso os reparos não sejam iniciados pelo contratado; e
- d) arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamento, termos de recebimento, contratos e aditamentos, diário de obras, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento da obra e notificações expedidas.

Parágrafo único – As ações de acompanhamento e fiscalização não exoneram a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA DEZESSETE – DAS RESOLUÇÕES DO CSJT E CNJ

Resolução nº 98/2012 do CSJT:

I - A empresa contratada conforme a Resolução nº 98/2012 do CSJT, no Admissional, deverá informar ao seu funcionário, individualmente ou em grupo, sobre o local em que realizará suas atividades, especificando os riscos a que estará exposto (físico, químico, biológico e de acidentes), as atitudes seguras, sobre os equipamentos de proteção individual que lhe serão fornecidos descrevendo a forma de utilizar e o objetivo de cada um.

II - O funcionário deverá assinar um formulário alegando estar instruído com as informações admissionais exigidas na Resolução nº 98/2012, que ficará disponível para verificação pelo Gestor do contrato.

III - Para cumprimento da capacitação exigida na Resolução nº 98/2012 do CSJT, durante a vigência do contrato, a empresa, por meio de funcionário qualificado, deverá realizar no início da jornada de trabalho, capacitação de no mínimo 6 (seis) minutos diariamente, até atingir a carga horária de no mínimo 2 (duas) horas mensais, com os funcionários, devendo verificar se todos estão uniformizados e de posse de seus equipamentos individuais de segurança, devendo dialogar com a equipe sobre temas relacionados a prevenção de acidentes no trabalho e doenças ocupacionais, promoção de saúde e segurança no trabalho, em conformidade com a atividade a ser realizada. A comprovação de presença, devidamente assinada pelos funcionários da empresa, deverá ser apresentado, mensalmente, ao gestor do contrato, juntamente com a nota fiscal dos serviços.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO DIGITAL N. 252/2013

IV - Os funcionários deverão utilizar os EPI's.

Da Resolução 103/2012-CSJT:

I - Não infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, podendo ser verificado constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual.

II - Para as estratégias sustentáveis, deverá ser seguido o Guia Prático para inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações de bens e serviços no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

III - A Contratada deverá fazer o descarte correto e o gerenciamento ambientalmente sustentável, no que tange à coleta de resíduos, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, em atendimento à legislação aplicável.

IV - A Contratada não deverá infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, podendo ser verificado constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual.

V- Os produtos e subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira aplicados na obra deverão ser provenientes de empresas que pratiquem o manejo sustentável, devidamente cadastradas e fiscalizadas pelo IBAMA e/ou com certificação de instituições reconhecidas pelo mesmo. Tais produtos englobam as madeiras em toras, toretes, postes não imunizados, escoramentos, palanques roliços, dormentes, estacas e mourões, formas, achas e lascas, pranchões desdobrados com motosserra e madeira serrada sob qualquer forma, faqueada ou em lâminas.

VI - O CONTRATADO fica obrigado a apresentar as notas fiscais expedidas na compra dos subprodutos florestais utilizados na obra, sempre que a FISCALIZACAO solicitar, discriminando produto e quantidade em metros cúbicos, bem assim o número do Documento de Origem Florestal – DOF, Guias Florestais e/ou outros eventualmente criados para o controle de produtos e subprodutos florestais, relativos à respectiva operação de venda.

VII - Deverão ser utilizados materiais e tecnologias de baixo impacto ambiental, que promovam a conservação e o uso racional da água, a eficiência energética e a especificação de produtos com certificação ambiental, sempre que possível e que os custos forem compatíveis com o praticado no mercado.

VIII - Todos os equipamentos a serem fornecidos e instalados na sede própria da Vara do Trabalho de Sena Madureira/AC, portanto, deverão possuir etiquetas Classe A do Selo Procel de Economia de Energia, instituído pelo Decreto Presidencial de 08/12/1993. O Selo Procel, tipo A, é um produto desenvolvido e concedido



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO DIGITAL N. 252/2013

pelo Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia.

IX - Os materiais inflamáveis só poderão ser depositados em áreas autorizadas pela FISCALIZAÇÃO, devendo o CONTRATADO providenciar para estas áreas os dispositivos de proteção contra incêndios determinados pelos órgãos competentes.

X - O CONTRATADO devesse levar em conta todas as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, cabendo-lhe, exclusivamente, todos os ônus para reparação de eventuais danos causados.

XI - A remoção de todo entulho gerado na obra para fora do canteiro e para local permitido pelo Governo Estadual e/ou Municipal será feita pelo CONTRATADO e o pagamento realizado em item específico da planilha orçamentária.

XII - Os materiais que não atenderem às especificações não poderão ser estocados no canteiro de obras.

Da Resolução nº 156, 4º, 08/082012 – CNJ:

I - Fica vedado à empresa contratada colocar à disposição deste Regional para cargo de chefia, pessoas que estejam com certidão negativada, nos seguintes órgãos:

das Justiças:

a) Federal;

b) Eleitoral-TSE;

c) Estadual ou Distrital

d) Militar -STM

e) dos Tribunais de Contas da União-TCU, do Estado-TCE e, quando for o caso, do Município-TCM;

f) do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

g) do Conselho ou órgão profissional competente, constando a informação de que não foi excluído do exercício da profissão;

h) dos entes públicos ou órgãos jurisdicionados, em que tenha trabalhado nos últimos dez anos, constando a informação de que não foi demitido ou exonerado a bem do serviço público.

Da Recomendação nº 29 – CNJ:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO DIGITAL N. 252/2013

I - A Contratada deverá disponibilizar vagas aos presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas e adolescentes em conflito com a lei, ao menos na seguinte proporção:

- a) 5% (cinco por cento) das vagas quando da contratação de 20 (vinte) ou mais trabalhadores;
- b) 01 (uma) vaga quando da contratação de 06 (seis) e a 19 (dezenove) trabalhadores, facultada a disponibilização de vaga para as contratações de até 5 trabalhadores.
- c) As vagas geradas em razão da presente recomendação devem ser registradas pelo gestor do contrato no Portal de Oportunidades do Projeto Começar de Novo.

CLÁUSULA DEZOITO - DA GARANTIA CONTRATUAL

I - A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo essa optar por caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

II - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela contratada.

III - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil, com correção monetária, em favor do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região.

CLÁUSULA DEZENOVE - DA PUBLICAÇÃO

I - Nos termos do parágrafo único do Art. 61 da Lei Nº. 8.666/93, a Administração providenciará a publicação do presente Contrato até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, correndo as despesas por conta do Contratante.

CLÁUSULA VINTE - DO FORO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
PROCESSO DIGITAL N. 252/2013

I - As partes contratantes elegem o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária em Rondônia como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

Porto Velho/RO, 07 de janeiro de 2014.

Eder Jorge Machado Santana
Diretor-Geral das Secretarias
Substituição
TRT14-REGIÃO
CONTRATANTE

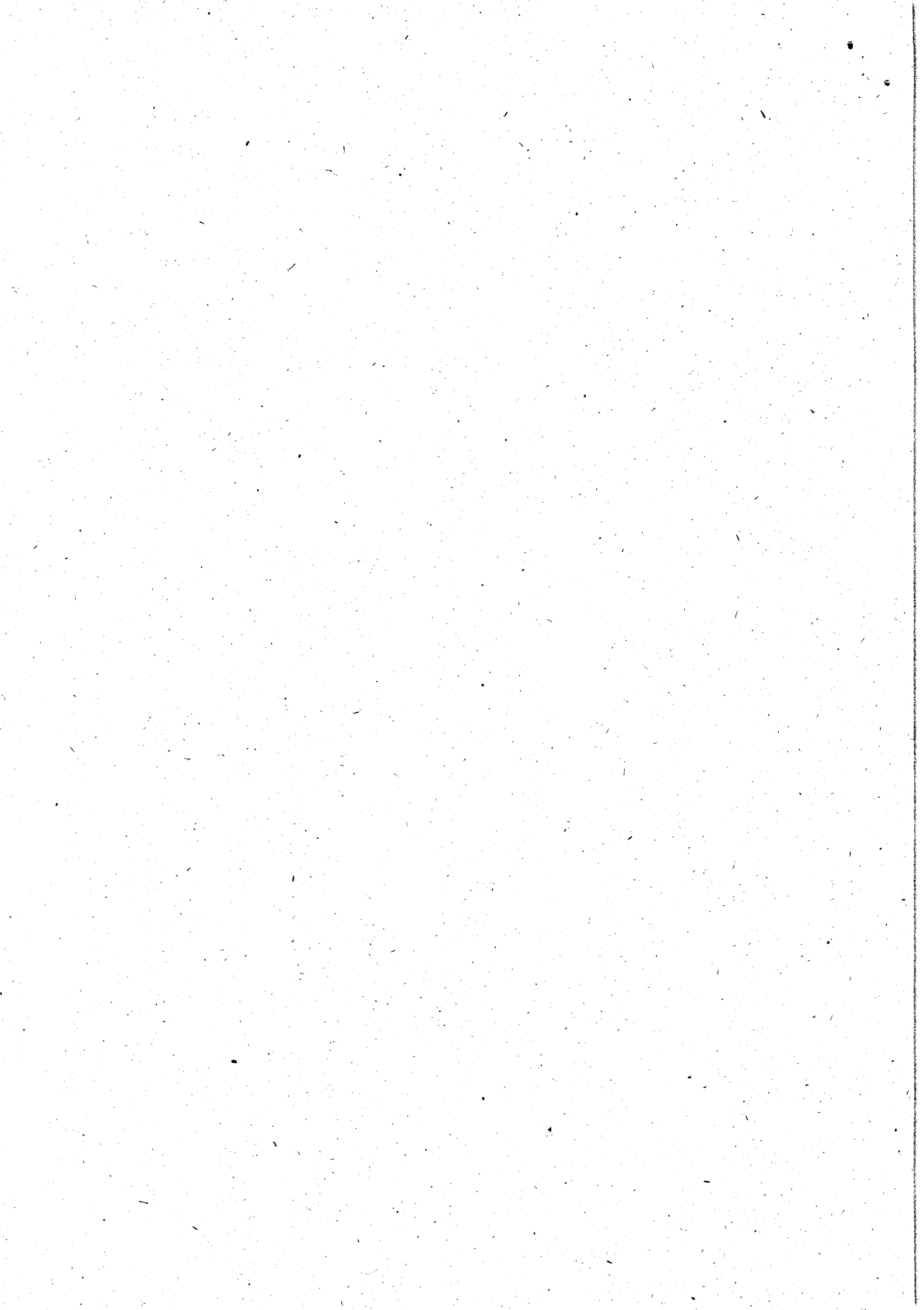


[Handwritten Signature]
SHEKINAH CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP
CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____
2. _____

4. OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL AV.D.PEDRO 22, 1039, ESC. CARLOS SALES PORTO VELHO - RO
Reconheço a(s) firma(s) por semelhança com valor econômico
Id.: 1100315371-DARTAGNAN DONOSTI..... Em testemunho da verdade. PORTO VELHO, 07 de Janeiro de 2014.
043-VALHANA RODRIGUES REIS ESC. AUTORIZADA
IV. Unit. Empl. R\$ 4,91 Selo R\$ 0,81 FUJU IR\$ 0,98. TOTAL: R\$ 6,70. ISELO DIGITAL DE FISCALIZACAO 117AAP29319-32954 Confira validade em www.tjro.jus.br/consultaselo/





2013NE001443de27/12/13-Utílidade Utilidades em Aço Ind. e Com. Lda. Obj.: mobiliário em geral. R\$7.918,20. Pregão. Proc:6312/2013.
2013NE001445de27/12/13-Termisa Industrial SA. Obj.: aparelhos e utensílios domésticos. R\$5.200,00. Pregão. Proc:8176/2013.
2013NE001476de30/12/13-Status Proj. e Telecomun. Ltda ME. Obj.: manut./conserv bens imóveis. R\$32.611,18. Pregão. Proc:435/2013.
2013NE001487de30/12/13-Ponto Com Soluções Tec. da Inform. Ltda ME. Obj.: equip. áudio/vídeo/foto. R\$11.748,00. Pregão. Proc:34060/13-7.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato 80/2013. Contratante: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Contratada: Positivo Informática S/A. Objeto: Aquisição de 242 estações de trabalho - microcomputador desktop, com gerenciamento remoto. Data da assinatura: 30/12/2013. Prazo máximo para entrega: 45 dias após a assinatura do contrato. Valor total: R\$ 637.186,00. Fundamento legal: Lei n.º 8.666/1993 e 10.520/2002. Vinculação: Processo PC 04/2013, Processo Geral 604/2013. Signatários: Patrícia Aimée Bruel Antonio, Ordenadora da Despesa, pelo Contratante, e Daniel Padilha Garrido - Representante Legal, pela Contratada.

EXTRATOS DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo: Pregão 70/2013. Objeto: Registro de preços para aquisição de: Item 07 - Papel toalha, 6000 caixas com 20 centos de papel toalha interfolhada, 2 dobras, gofradas. Valor unitário: R\$ 18,14. Fornecedor: Alicitar Comercial Ltda. Validade da Ata: 12 meses contados de 29/11/2013. Fundamento Legal: Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002 e Decreto 7.892/2013. Signatários: Arnaldo Rogério Pestana de Souza - Ordenador da Despesa em exercício, pelo Órgão Gerenciador, e Lorena Pereira Rocha - Procuradora, pela fornecedora. A íntegra da Ata encontra-se disponível no site: <http://www.tr9.jus.br>. Contato: contratos@tr9.jus.br.

Processo: Pregão 63/2013. Objeto: Registro de preços para aquisição de: Item 33 - Portal detector de metais, 7 unidades, Item 34 - Detector de metais portátil, 10 unidades. Incluindo instalação, garantia, manutenção preventiva mensal por 24 meses. Valores unitários respectivos: R\$ 5.520,00 e R\$ 256,00. Fornecedor: Detronix Indústria Eletrônica Ltda. EPP. Validade da Ata: 12 meses contados de 12/12/2013. Fundamento Legal: Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002 e Decreto 7.892/2013. Signatários: Arnaldo Rogério Pestana de Souza - Ordenador da Despesa em exercício, pelo Órgão Gerenciador, e Jordani Llovera - Representante Legal, pela fornecedora. A íntegra da Ata encontra-se disponível no site: <http://www.tr9.jus.br>. Contato: contratos@tr9.jus.br.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 94/2013

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, forma eletrônica, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção corretiva dos portões manuais e automatizados instalados nos prédios do TRT da 9ª Região localizados em Curitiba e Região Metropolitana. Acolhimento das propostas: até as 13h45 do dia 22/01/2014. Realização da sessão no site www.licitacoes.com.br a partir das 14h de 22/01/2014. Retirada do Edital nos sites: www.tr9.jus.br ou www.licitacoes.com.br. Informações pelo telefone (41) 3310-7486 ou pelo correio eletrônico: licitacao@tr9.jus.br.

VOLE UENO
Pregoeira

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 4/2014 - UASG 0800016

Nº Processo: 3847/201. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para ambientação da XI semana da saúde. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 09/01/2014 de 10h00 às 17h00. Endereço: Sas Quadra 01 Bloco d Praça Dos Tribunais Superiores Asa Sul - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 09/01/2014 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 21/01/2014 às 14h00 site www.comprasnet.gov.br.

ELZA MARIA DA COSTA ZAIDEM
Chefe do Núcleo de Licitações
Substituta

(SIDE - 08/01/2014) 080016-00001-2013NE000009

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/gestividade/html>, pelo código 00032014010900174

DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: 05462/2013. Objeto: contratação de serviços de saneamento de água e esgoto para os prédios do TRT da 10ª Região em Tocantins-TO para o exercício de 2014. Fundamento Legal: Art. 25, "caput" da Lei nº 8666/93. Valor: R\$ 35.247,00 (trinta e cinco mil, duzentos e quarenta e sete reais). Autorização: Daniel Borges Bedi, Secretário de Administração Substituto, em 14/11/2013. Ratificação: Gilvan Ramos, Diretor-Geral do TRT da 10ª Região, em 14/11/13.

AVISO DE ALTERAÇÃO

O Diretor-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, nos termos da competência delegada pela Portaria PRE-DGA nº 43/2012, deferiu parcialmente o apelo e reduziu para 30 dias a penalidade de suspensão anteriormente aplicada à empresa Instituto Laboral Ltda-ME, CNPJ: 14.977.781/0001-83 e publicada D.O.U. nº 190, de 01 de outubro de 2013, Seção 3, pag. 169.

Brasília, 8 de janeiro de 2014.
GILVAN SILVA PEREIRA RAMOS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Processo nº 241409. 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 99/09. Partes: TRT da 10ª Região e Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A. Objeto: Acréscimo de 1,35%. Valor: R\$ 250,00. Cobertura orçamentária: Elemento de Despesa 33.90.39.69, vinculado à Atividade 02.061.0571.4256.6018. Nota de Empenho: 2013NE002923, de 26/12/13. Fundamentação: Lei 8.666/93. Assinatura: 06/01/14. Silvio Marcus Antunes - Secretário de Administração. Raphael de Lucca Junior - Representante Legal.

Processo nº 4039/2010. 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 277/2011. Partes: TRT da 10ª Região e Rocha Dourado & Silva Ltda. Objeto: prorrogação do prazo de vigência do contrato até 29/12/2014 ou conclusão de nova contratação. Fundamentação: Art. 57, II, da Lei 8.666/93. Cobertura orçamentária: Elementos de Despesa 33.90.30.25 e 33.90.39.17 vinculado à Atividade Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho. Valor anual: R\$74.957,48. Assinatura: 07/01/14. Pelo TRT da 10ª Região: Silvio Marcus Antunes - Secretário de Administração. Pelo contratado: Carlos Alberto da Silva - Representantes Legais.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Processo: CVN 12053/2013. Convênio. Partes: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e a Caixa Econômica Federal. Objeto: Troca e processamento de arquivos eletrônicos entre as instituições para efetivação de depósitos e respectivos levantamentos de valores, excetuando os depósitos recorrentes. Vigência: 60 (sessenta) meses a contar da data da assinatura. Data da assinatura: 7-1-2014. Pelo TRT: Edson Mendes de Oliveira, Desembargador do Trabalho-Presidente, Pelo Segundo Convênio: Jacemar Bittencourt de Souza, Superintendente Regional.

SECRETARIA SECRETARIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 11.678/2013-A

O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região torna público que realizará licitação na modalidade de Pregão, para contratação de serviços técnicos profissionais em arquitetura e engenharia, sob demanda, necessários à administração, construção, ampliação, reforma, conservação e manutenção dos imóveis deste Tribunal.

1 - Os envelopes com a proposta e a documentação deverão ser entregues em mãos na data e horário da Sessão Pública para o recebimento das Propostas, que se dará às 14 horas do dia 23 de janeiro de 2014, na sala de reuniões da Secretaria Administrativa, sito no 3º andar do prédio administrativo, à rua Esteves Júnior, nº 395, na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina.

2 - O edital deverá ser retirado no site www.tr12.jus.br. Outras informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Preparo de Licitações no endereço acima, ou pelos telefones (48) 3216-4069 ou 3216-4091, fax (48) 3216-4370 e e-mail cpl@tr12.jus.br, no horário compreendido entre as 12 e 19 horas.

Florianópolis, 7 de janeiro de 2014.
ARILDO DISARO FILHO
Assistente-Chefe do Setor de Preparo de Licitações

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 4/2014

PROCESSO DIGITAL Nº 252/2013. Contratante: TRT-14ª REGIÃO. Contratada: SHEKINAH CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP. Objeto: Contratação de empresa especializada para construção da Vara do Trabalho de Sena Madureira/AC. Vigência: 05 (cinco) anos a contar da data da assinatura. Assinado: 07/01/2014. Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho 02.1220.5711.N140170, Natureza da Despesa 44.90.51, Nota de Empenho n. 2013NE002511, emi-

tida em 31/12/2013, correspondendo o valor global de R\$ 894.445,82 (oitocentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta e dois centavos) Assinaturas: Eder Jorge Machado Santana, Diretor-Geral das Secretarias em Substituição do TRT-14ª Região, e de outro, Sr. Dartagnan Donoso.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 5/2014

PROCESSO DIGITAL Nº 276/2013. Contratante: TRT-14ª REGIÃO. Contratada: SHEKINAH CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP. Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de reforma do Restaurante e do Terraço existentes no 7º andar do Edifício-Sede do TRT 14ª Região, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência-TR e seus Anexos, edital Eletrônico nº 54/2013 e proposta comercial. Vigência: 05 (cinco)-anos a contar da data da assinatura. Assinado: 07/01/2014. Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho 02.061.0571.4256.6020, Natureza da Despesa 33.90.39, Notas de Empenhos n. 2013NE02509 e 2013NE002510, ambas emitidas em 31/12/2013, correspondendo o valor global de R\$ 215.500,66 (duzentos e quinze mil, quinhentos reais e sessenta e seis centavos) Assinaturas: Eder Jorge Machado Santana, Diretor-Geral das Secretarias em Substituição do TRT-14ª Região, e de outro, Sr. Dartagnan Donoso.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 46/2013

PROCESSO DIGITAL Nº 080/2013. Contratante: TRT-14ª REGIÃO. Contratada: MARUMBI TECNOLOGIA LTDA-ME. Objeto: Aquisição de monitores de vídeo, conforme especificações e condições constantes no Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 22/2013. Vigência: a partir da data do recebimento definitivo até o último dia do exercício em que se der a aquisição. Assinado: 18/12/2013. Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho 02.061.0571.4256.6020, Natureza da Despesa 449052.35, Nota de Empenho n. 2013NE001841, emitida em 26/11/2013, correspondendo o valor total de R\$ 76.128,00 Assinaturas: Eder Jorge Machado Santana, Diretor-Geral das Secretarias em Substituição do TRT-14ª Região, e de outro, Sr. Márcio César Sens de Oliveira.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 47/2013

PROCESSO DIGITAL Nº 0128/2013. Contratante: TRT-14ª REGIÃO. Contratada: Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios Hóm Ltda. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de implantação e operação de sistema informatizado de administração de despesas de combustíveis. Vigência: 180 dias(6 meses) a partir da data da Assinatura. Assinado: 19/12/2013. Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho 02.061.0571.4256.6020, Natureza da Despesa 3390.30, Notas de Empenhos n. 2013NE001884 e 2013NE001885, ambas emitidas em 3/12/2013, correspondendo o valor total de R\$ 124.169,89. Assinaturas: Eder Jorge Machado Santana, Diretor-Geral das Secretarias em Substituição do TRT-14ª Região, e de outro, Sr. José Luiz Gradschi Von Helden.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 01/2012. PROCESSO N. 0001636-35.2013.5.14.0000. Contratante: TRT-14ª REGIÃO. Contratada: AEROTUR SERVIÇOS DE VIAGENS LTDA EPP. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de agenciamento de viagens e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, a fim de atender às necessidades do TRT 14ª Região. Assinado: 27/12/2013. Assinaturas: Eder Jorge Machado Santana, Diretor-Geral das Secretarias, em substituição do TRT-14ª Região e, de outro, Sr. Adriano da Nóbrega Gomes.

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO DIGITAL Nº 160/2013

O TRT-14ª Região torna público, o Registro de Preços referente à Ata Nº 24/2013, visando a futura e eventual aquisição de Veículo fechado tipo SUV, fabricação nacional, marca/moq. Chevrolet/Trailler, diesel, cor: preta ou prata, zero quilômetro, capacidade para no mínimo 06 passageiros mais o motorista, conforme especificações. Vigência: 12 meses contados da data da assinatura. Assinada: 27/12/2013. Fornecedor: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA valor unitário de R\$ 163.500,00. As especificações dos itens e respectivos valores estão disponíveis no site: www.licitacoes.com.br

Porto Velho, 27 de dezembro de 2013.
EDER JORGE MACHADO SANTANA
Diretor-Geral
Substituto

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO DIRETORIA-GERAL

EXTRATOS DE CONTRATO

Processo nº CP0670/13. Contrato: 99/13. Partes: TRT e Positivo Informática S/A. Objeto: aquisição de Estações de Trabalho e monitores, com suporte de serviços associados. Fundamento: Leis 10.520/02, 8.666/93, 9.784/99 e 8.078/90; e os Decretos 3.931/01, 5.450/05 e 6.204/07. Valor total: R\$5.105.387,00. Lei Orçamentária nº 12.798 de 04/04/13. Classificação: 02.126.0571.5093.0001 4490.52.35. NE3441 e NE3525. Vigência: da assinatura e extingue-se 90 dias após o recebimento definitivo. Assinam: pelo TRT, Adriana Martorano Amiral Corchetti, e, pela empresa, Daniel Padilha Garrido. Data: 26/12/13.

Processo nº CP0323/12-F. Contrato: 06/14. Partes: TRT e OSV Construtora Ltda - EPP. Objeto: serviços de pintura no prédio do Fórum

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

